



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO, PARA DISCUTIR O PROJETO DE LEI N.º 097/2021, QUE ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 6.659/2008, QUE ESTABELECE DÉBITOS DE PEQUENO VALOR PARA FINS DE PAGAMENTO SEM PRECATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, REALIZADA EM 22/09/2021.

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de 2021, às 19:00hs, de forma híbrida (presencial e online) foi realizada a Audiência Pública da Câmara Municipal de São Leopoldo, para discutir o **Projeto de Lei n.º 097/2021**, de autoria do Poder Executivo, que “**ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 6.659/2008, QUE ESTABELECE DÉBITOS DE PEQUENO VALOR PARA FINS DE PAGAMENTO SEM PRECATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”. O **Senhor Presidente** Vereador **Jeferson Falcão**, da **Bancada do MDB**, declara aberta a presente Audiência Pública, agradecendo a presença dos servidores, dos representantes do Governo e das pessoas que estão assistindo pela internet, lembra que esta Audiência Pública foi de sua iniciativa juntamente com o Vereador **Gabriel Dias**, da Bancada do **CIDADANIA**, com o apoio dos Vereadores **Brasil de Oliveira (PSD)**, **Hitler Pederssetti (PP)**, e **Alessandro Lemos (PSB)**. Convida os Vereadores **Brasil de Oliveira** e **Tiago Silveira**, que estão presentes em nosso Plenário para ocuparem as mesas laterais, saúda a **Senhora Presidente**, Vereadora **Ana Affonso** que está participando de forma online, assim como o Vereador **Rafael Souza**, e a Vereadora **Nadir de Jesus**. Convida também para ocuparem as mesas laterais: A Dra. **Angelita da Rosa**, Procuradora Geral do Município; o Secretário de Gestão de Governo, **Nelson Spolaor**; o Procurador do Hospital Centenário, Dr. **Maicon**; a Presidente do CEPROL, Sindicato, **Andréa Nunes**; a Sra. **Gabriela Piardi**, da Associação dos Servidores do SEMAE; a Sra. **Gicele Almeida**, representante dos servidores do Hospital Centenário, a Enfermeira **Cláudia da Silva**, do Sindicato dos Enfermeiros. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao Secretário Geral de Governo, Sr. **Nelson Spolaor**, que cumprimenta os Vereadores que coordenam essa audiência pública, os Vereadores Brasil, Tiago e demais Vereadores e Vereadoras que acompanham de forma virtual; a Dra. Angelita, ao Dr. Maicon, aos representantes dos servidores; compreende que este tema tem uma incumbência e está comprometido com o grau de compromisso com a cidade; destaca que o governo herdou uma cidade em 2017, com folhas de pagamento em atraso; uma administração inadimplente, sem crédito; esse governo equilibrou as finanças do município, comparando a cidade de 2017 e a de 2021, a cidade está muito melhor; ainda está aquém do que queremos; também é verdade que enfrentamos uma pandemia em 2020 e

2021, em nível internacional; este projeto que estamos apresentando, ele versa sobre a responsabilidade de termos um orçamento equilibrado; são cerca de 3.000 ações judiciais, o que estamos propondo é que dentro da legislação termos condições de termos um planejamento financeiro; possamos garantir todos os direitos dos servidores; defendemos o direito dos servidores e o direito de todos; queremos debater, e não nos enganarmos; estamos propondo uma mudança mínima, mas que nos dará condições de planejar a gestão pública; esse é o debate que queremos fazer. O Vereador **Gabriel Dias**, solicita que seja liberada a entrada da porta da Câmara, para que sejam ocupados os lugares que estão disponíveis. O **Senhor Presidente** convida a Dra. **Angelita da Rosa**, para fazer o uso da palavra, que destaca que está a disposição para esclarecimentos de dúvidas no final. O **Senhor Presidente** concede então a palavra a representante dos **Funcionários do SEMAE**, Sra. **Gabriela Piardi**, que saúda a todos os presentes; comenta que este Projeto trata apenas da limitação do pagamento de servidores e servidoras de São Leopoldo; compreendemos as limitações, mas não sem negociações; comenta que lhe causou surpresa, que o projeto de lei não tenha o impacto financeiro; estranha as mudanças que ocorreram no projeto que no início veio de 4 (quatro) salários mínimos e depois foi para 6 (seis) salários mínimos; destaca que os servidores e servidoras, estão sem reposição inflacionária, sendo que já tiveram o prejuízo da reposição salarial em todos esses anos; destaca ao Secretário que 40% não é pouca coisa; gostariam de dialogar sobre o impacto financeiro que não veio; considera que os únicos penalizados serão os servidores município; lamenta que entra ano e sai ano, e quem paga é o funcionário público; pede que se possa dialogar e chegar em um denominador comum, estabelecendo um diálogo de negociação; salienta a importância do escalonamento de pagamento, porque isso nunca foi feito; relata que o SEMAE tem saúde financeira para pagar seus funcionários, tem previsão orçamentária, mas está aqui para mitigar uma condição melhor para todos os trabalhadores; considera que, quem se diz representante dos trabalhadores, senta, conversa e é transparente. O **Senhor Presidente** concede a palavra a Sra. **Gicele Almeida**, representante dos funcionários do Hospital Centenário, que solicitou para falar posteriormente. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao **Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento Legislativo, da OAB/RS**, Dr. **João Darzone**, que deseja uma boa noite a todos; questiona o Secretário Nelson Spolaor à Dra. Angelita, sobre a emenda constitucional 62/2009, que estabeleceu um critério prudencial, que significou um avanço para os governos com dívidas; o limite prudencial estabeleceu o critério de 1,5% da corrente líquida, sendo esse um marco inicial; em 2015 novos critérios foram estabelecidos, no estado do Rio Grande do Sul, foi aprovada uma legislação que reduziu de 40 salários mínimos para 10 salários mínimos; o limite prudencial trata de um critério de base de pagamento de condenações judiciais; analisando os balanços da Prefeitura Municipal não conseguiu identificar o limite prudencial estabelecido pelo município para pagamento de RPVS e precatórios; por isso questiona qual o valor de pagamentos está sendo efetuado pelo município; salienta que São Leopoldo, teve a 4.^a maior arrecadação de retorno de ICMS do RS; considera que a inflação é um fator que gera mais caixa para os municípios, e para os estados, pois os aumentos geram mais arrecadação tributária; as previsões para este ano, são que mesmo com as dificuldades, haverá acréscimo de

receita; se dentro do impacto financeiro está estabelecido alguma contingência desse aumento de arrecadação; agradece ao Senhor Presidente. O **Senhor Presidente** concede a palavra a Dra. **Natália Brito**, da **Associação Brasileira dos Advogados**, que saúda a todos os presentes, a Mesa, demais que estão assistindo a audiência; comenta que não houve o devido debate, então os direitos violados dos trabalhadores estão em jogo; aponta a inconstitucionalidade, do projeto de lei, pois não há urgência cabível; no tocante do aspecto material de reduzir de 10 salários para 6 salários mínimos, reduz em 40% as RPVS; em virtude do direito constitucional, essa revisão geral deveria ter sido feita de acordo com a Constituição Federal; considera que o município tenta escapar da imposição do Poder Judiciário, impondo as pressas esse projeto de Lei; as dívidas do governo em precatório são na sua maior parte em dívidas dos servidores; esse projeto de Lei legitima a desobediência do estabelecido pelo Poder Judiciário; o projeto baseou-se puramente em argumentos econômicos e financeiros; a Associação Brasileira de Advogados, então recomendam que os parlamentares rejeitem esse Projeto de Lei. O **Senhor Presidente** concede a palavra a Sra. **Andréa Nunes**, Presidente do CEPROL Sindicato. O **Senhor Presidente**, também convida o Vereador **Brasil de Oliveira**, para sentar-se a Mesa. A Professora **Andréa Nunes**, saúda a todos os presentes; comenta que a data base dos servidores em 10 de abril, é uma conquista histórica, assim como a construção do estatuto dos servidores e do Plano de Cargos e Carreiras; destaca que durante a pandemia também tivemos um processo histórico, de resistência; salienta que não fala somente em nome da sua categoria, professores e professoras, mas também em nome do manifesto, assinado por várias categorias de servidores do município, que será entregue amanhã aos Vereadores e Vereadoras; comenta que o CEPROL Sindicato, manteve a discussão com a sua base, através de assembleia virtual, no período da pandemia, com a participação de mais de 700 pessoas; os professores e professoras, estão em luta também contra a PEC 32, que vai acabar com o serviço público no nosso país; lembra que no ano passado, quando discutiram foi ressaltado que neste ano fariam a discussão de duas campanhas salariais; o CEPROL está constantemente na mesa de reuniões; destaca que o CEPROL quis se reunir com a Prefeitura Municipal; lembra que no ano 2019, entraram na justiça pois os direitos não foram cumpridos, e agora terão esse direito reconhecido; solicita que a gestão retire esse projeto, ou que os vereadores e vereadoras votem contrário; comenta que estamos defendendo as garantias das legislações, que foram construídas; comenta que os servidores estarão na Câmara de Vereadores amanhã, para acompanhar a Sessão. Em seguida, o **Senhor Presidente** concede a palavra ao Dr. **Daniel Wohendorff**, representante da **Associação Gaúcha dos Advogados Trabalhistas**; que saúda a todos; considera que é um momento muito trágico da nossa cidade, pois um governo que se diz dos trabalhadores quer reduzir as RPVS; gostaria de saber qual a metodologia que a administração está fazendo aos agentes públicos, que não cumpriram com a Lei; questiona a não apresentação do impacto financeiro deste projeto; indaga sobre qual a possibilidade de retirada e o envio de outro projeto; sugere que seja criada uma Câmara de Negociação para as RPVS, como em outros municípios; questiona também, porque o município não encaminha acordos, como faz a AGU; pergunta também, se esse projeto fosse em administrações anteriores, de Waldir Schmidt ou Olímpio Albrecht, como o prefeito Ary Vanazzi

votaria?. Em seguida, o **Senhor Presidente** concede a palavra a Enfermeira **Claúdia Silva**, do Hospital Centenário; que considera que lhe sangra ter que vir falar de um partido que deveria estar lutando pelos trabalhadores; considera que esse projeto ao invés de olhar para o problema, causa um problema pro servidor público; destaca que, tem que não causar dano para o servidor, então não haverá erro; pede que seja aberto um diálogo; considera que não deve ser tramitação de urgência; quer mobilizar os trabalhadores para pressionarem amanhã, para mostrarmos que os trabalhadores não são bobos; conclama que todos participem, com todos os protocolos de segurança; salienta que essa Casa é do povo; finaliza destacando que não podemos aceitar que se aprove esse projeto, pois ele é inconstitucional, pois fere verba alimentar dos trabalhadores. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao representante do **Sindicontábil**, Sr. **Paulo Roque**, que destaca seu apoio a todos os trabalhadores, pela retirada desse projeto, que cercea os direitos de decisão judicial, que não se discute, se cumprem. O **Senhor Presidente** agradece ao Sr. **Paulo Roque**, e parabeniza a todos os Contadores pelo seu dia. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao Sr. **Danilo Eberle**, servidor do SEMAE, que cumprimenta os trabalhadores que estão agora trabalhando, além das pessoas que ficaram de fora do plenário, pois não conseguiram entrar no prédio da Câmara; lembra que em 03/07/2017, data que assumiu no SEMAE, o cargo de motorista, sendo que na época estavam discutindo a data base, o dissídio que não tinha sido pago; considera que o direito do servidor já vem sendo degradado anteriormente à Pandemia, quando não pagavam os funcionários de acordo com a previsão já estavam errados; destaca que essa lei trará muito mais dívidas ao município, como um efeito cascata; fala que tem poucos anos de serviço municipal, elogiando seu colega Alberico, com 70 anos de idade, e está aqui assistindo essa Audiência Pública; recorda que as ações judiciais são reposições salariais, para não termos as perdas salariais; comenta que a população também sofrerá, pois gerará uma dívida impagável; espera que essa lei não seja aprovada; ressalta que vamos lotar a Câmara, e fazer valer os nossos direitos. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao Sr. **Sergio Diestmann**, representando a **Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, que inicia sua fala considerando que não podemos aceitar a aprovação desse projeto de lei; lamenta que estão só falando de irregularidade da gestão anterior; lembra que a cada gestão se reclama daquilo que passou, e não se planeja o que vai enfrentar; precisamos uma gestão decente, planejada; temos problemas em todas as instancias; do aumento do IPTU e ISSQN, ninguém falou; esse projeto deve ser discutido com a comunidade; essa dívida já vem de gestão anteriores; estamos prejudicando os servidores que estão prestando serviço para a comunidade; lembra que é obrigação da empresa pagar em dia; o precatório é a negação de um serviço feito; essa Lei não pode passar; os Vereadores também são responsáveis pelos déficits do município; não foi discutido esse projeto com aqueles que realmente necessitam; espera que os Vereadores olhem para os seus funcionários; finaliza destacando que uma legislação para aumentar o valor dos precatórios deveria ser aprovada. O **Senhor Presidente** passa a palavra ao Vereador **Gabriel Dias**, que faz a leitura do Ofício enviado pela **ACIST SÃO LEOPOLDO, 038/2021**, que manifesta a sua posição contrária ao Projeto de Lei 097/2021; Ofício da **OAB – Subseção São Leopoldo**, justificando que o projeto está na contramão ao estabelecido pelo STF, sendo

que os mais prejudicados serão os servidores públicos municipais, assim como a advocacia; destacando também, que o projeto caso aprovado, sofre sério risco de ser declarada a sua inconstitucionalidade; Ofício do **SINDICONTÁBIL**, sugerindo que seja retirado de pauta o referido projeto. O **Senhor Presidente** agradece a todas as entidades que participaram ou enviaram ofícios. A seguir, o **Senhor Presidente** concede a palavra a Vereadora **Nadir de Jesus**, da **Bancada do Partido dos Trabalhadores**, que saúda a todos os participantes; pede que seja considerada a fala do Secretário Nelson Spolaor; ressalta o compromisso da administração Ary Vanazzi, com a população e com os trabalhadores; considera que o que faltou foi o diálogo; com certeza será falado do impacto financeiro, de mais de 20 milhões; lembra que pela falta de verbas e cortes que foram feitos, muitas coisas do município terão um desfecho trágico; caso não haja a aprovação desse projeto, teme que os serviços prestados pelo município tenham prejuízo; considera que nesse momento é necessário a unificação e o sacrifício; se o município tiver que atender todas as RPVS, irá piorar a nossa situação; considera que o diálogo é necessário para que possamos ver quais as consequências futuras caso esse projeto não seja aprovado; temos que amadurecer muito mais, sendo que a nossa Procuradora e o Secretário Nelson poderão responder aos servidores; comenta que, quem dialoga com os servidores é o Partido dos Trabalhadores, pois defende e debate com toda a sociedade; finaliza destacando que o Prefeito Municipal sempre esteve ao lado dos professores e servidores. O **Senhor Presidente** concede a palavra ao Vereador **Rafael Souza**, que saúda a todos, aos autores Vereadores Falcão e Gabriel, a Vereadora Nadir, ao Secretário Nelson Spolaor e a Procuradora Dra. Angelita; considera que é preciso ouvirmos as partes, o governos, os sindicatos, as classes; destaca que vivemos um momento muito difícil em todos os municípios; lembra dos cortes do governo do estado, como o do programa assistir; considera que a população quer um serviço público de qualidade; considera que essa é uma pauta muito sensível, que meche com o bolso dos trabalhadores, por isso temos que tomar uma atitude com responsabilidade; lembra quantos estão programados para receber essa indenização; cabe aos Vereadores enxergar o todo; relata que após a sessão foi procurado para esclarecimentos; salienta que o que está mudando é que a partir de 6 salários cai em precatório, e antes eram 10 salários mínimos; comenta que temos que pensar em inúmeras frentes, para entregarmos serviços de qualidade para todos os moradores; destaca que infelizmente está no nosso colo esse projeto, tendo que escolher em qual lado votar; comenta que estamos discutindo pela falta de recurso, e pela crise orçamentária do município; lembra a gestão que ocorreu greve dos professores, sendo os mesmos recebidos na câmara com spray de pimenta; deseja uma boa noite a todos. Em seguida, o **Senhor Presidente** passa a palavra ao Vereador **Brasil de Oliveira**, que saúda os Vereadores Gabriel Dias e Jeferson Falcão; cumprimenta o Secretário Nelson Spolaor e a Procuradora Angelita da Rosa; elogia o retorno dos debates na nossa casa; destaca que tivemos um aumento de IPTU de 21% e água 20%; o governo federal enviou 390 milhões de reais para o nosso município; comenta sobre a fala da professora Andrea Nunes, que pediu para que fosse retirado esse projeto na semana passada e que felizmente os vereadores verificaram a necessidade de ocorrer esta audiência pública; lembra que quem lhe conduziu a esta Câmara Municipal foi a população; considera que

é importante essa mobilização, pede que cada um entre em contato com os servidores para serem representados nessa votação; lembra que o líder do governo sempre falou que a Prefeitura tem crédito; cumprimenta a todos os servidores, pela mobilização que estão fazendo; parabeniza os autores dessa Audiência Pública; declara que seu voto será contrário novamente amanhã. Nesse momento assume a presidência dos trabalhos, o Vereador **Gabriel Dias** que concede a palavra ao Vereador **Jeferson Falcão**, saudando a todos os presentes; destaca que essa Audiência Pública está acontecendo por iniciativa dele e do Vereador Gabriel Dias; considera que esse projeto foi enviado de forma equivocada; considera esse projeto um calote ao servidor público; destaca que o Vereador Rafael, mencionou diálogo na sua fala, mas lembra que na quinta-feira pediu a retirada desse projeto, sendo negado seu e pedido e que o Líder pediu ainda sua Urgência; comenta que, eles pensaram que colocar esse projeto a toque de caixa, ele seria aprovado; destaca que estamos atentos para representar os trabalhadores; recorda que alguns servidores estão aguardando há 10 anos ou mais; espera que os vereadores que votaram a favor, que reflitam, que repensem os seus votos, e votem contra; destaca que a base do governo culpa, o Presidente, o Governador, só não culpa o prefeito que propôs esse projeto; finaliza seu discurso com a fala de uma professora conhecida sua, que é petista, e disse: “Vou morrer e não vou ver tudo PT e PDT, articulando contra o trabalhador”. Logo após, o Vereador **Jeferson Falcão** assume os trabalhos, concedendo a palavra ao Vereador **Gabriel Dias**, que esclarece porque tem a Rpv, pois considera que se pagassem a data base no dia 10/04, não geraria processos; comenta que o PT administra a cidade há 13 anos, e muito desse passivo veio desse tempo; considera que todos nós vamos passar, os servidores ficarão; sempre disse que temos que ter responsabilidade financeira; destaca que cada um fala uma coisa para o servidor; considera que o Governo por ter maioria não pode mandar um projeto a toque de caixa; destaca que muitas vezes a oposição precisa brigar por coisas simples e óbvias nesse Poder Legislativo; lembra que em nove meses o governo aumentou 20% o IPTU e o SEMAE; destaca que o PT é contra a PEC 32, ao calote estadual e federal, mas aos servidores municipais são a favor; relata quem ganha menos tem um valor menor pra receber; comenta que escolhe o lado dos servidores para defender; questiona qual a necessidade da mudança nesse momento, se as contas estão em dia; denota que tem que ter um planejamento jurídico; lamenta que estão querendo jogar esse passivo para frente; ressalta que essa situação de enviarem os projetos a “toque de caixa” acontece todas as semanas na Câmara de Vereadores; finaliza declarando que da sua parte, do seu partido, nenhum direito a menos para os servidores; deseja uma boa noite. A Presidente do CEPROL **Andrea Nunes**, faz um pedido para que a Câmara Municipal organize de alguma forma para os servidores que não conseguem entrar, possam assistir de fora do prédio do Legislativo a Sessão de amanhã, para quem não conseguir entrar; convoca também que os servidores que assistam a Sessão com os cuidados protocolares. O Vereador **Jeferson Falcão**, solicita que seja providenciado pela Presidência, um telão para que as pessoas possam assistir a Sessão da rua, amanhã, e as pessoas possam ocupar os lugares disponíveis, seguindo os protocolos. O **Senhor Presidente** passa a palavra ao Dr. **Felipe Brito**, que saúda a todos os presentes; destaca que essa audiência pública só foi possibilitada, somente após ter sido evitada uma manobra parecida a do

ex-Ministro Sales “vamos passar uma boiada”; esse projeto pela importância que tem, já mais poderia ter sido encaminhado em urgência, sem o debate; o que chamou a atenção de forma negativa, que esse projeto foi encaminhado da primeira vez para 4 (quatro) salários mínimos, totalmente inconstitucional e depois alterado para 6 (seis) salários, sem nenhuma justificativa, as alegações ficam vazias; nos processos que acompanha dos servidores, não houve nenhuma comprovação de que o município não possuía recursos para os pagamentos, sem comprovação em nenhum processo; a data base começou em 2014, o primeiro processo ganho foi em 2018; lamenta que o município, queira botar a culpa aos servidores; os advogados não serão prejudicados, pois os valores são menores, ganhará por Rpvs; o prejudicado mesmo é o servidor; quem aprovar esse projeto pode gerar responsabilidade; não houve nenhuma apresentação de orçamento, nessa Audiência Pública, somente falas; ao invés do município se esforçar para pagar a dívida, está tomando uma atitude para engrossar ainda mais a fila; os valores não são privilégios são valores devidos aos servidores, depois de longos processos judiciais; a sociedade leopoldense deve reagir contra esse projeto; 1) questiona se o município possui efetivo controle das dívidas dos precatórios e RPVS, e se adota medidas pra inibir os débitos semelhantes já constituídos?; 2) Os recursos aplicados pelo município em precatórios e RPVS são suficientes para equacionar tais rubricas; 3) a aceitação de débitos precatórios vencidos, sim ou não; 4) o princípio da impessoalidade está sendo obedecido no pagamento dos precatórios e RPVS; 5) esses pagamentos se dão de maneira transparente, aonde se localiza esses dados; 6) porque o município não cria uma câmara de negociação. O **Senhor Presidente** passa a palavra a **Dra. Angelita da Rosa**, que saúda a todos os presentes; em especial as entidades, aos Vereadores e Vereadoras; esclarece com relação do acumulo são de 2013 e 2014 para cá, e não no governo Vanazzi; a data base foi aprovado no Governo Ary Vanazzi; vivemos uma democracia para respeitar as palavras; em 2017 quando assumiram, em 2018 a partir da entrada da primeira ação, não o fez em 2020 e 2021, justamente porque tivemos o impedimento da Lei Complementar 173; quanto ao mérito do projeto de lei, não tem nada a ver com os servidores públicos, pois trata das RPVS; o projeto é absolutamente constitucional, conforme o artigo 100 da Constituição, é o teto do INSS, praticado pela grande maioria dos municípios da região; o Poder Executivo tem o poder e o dever se altera ou não, e os vereadores de votarem; estamos fazendo gestão da questão futuras; a Prefeitura não está com dívida, não está quebrada, e para não ficar é que estão fazendo essa modificação, que a Lei nos confere, assim como a Constituição confere o direito; os municípios da região também o fazem, inclusive cita o exemplo do Hospital Presidente Vargas de Sapucaia do Sul, que recebe cerca de 3 milhões de incentivo, acabou fazendo essa correção, para o teto do INSS; optamos por fazer essa alteração, não estamos quebrados e não queremos ficar; pagamos cerca de 1 milhão e duzentos de Rpvs; o seu cliente é o município de São Leopoldo, é ele que tem que defender; as ações com transito em julgado serão respeitadas, em que pese que o STF diga ações em execução; precatórios, quando o passado se remonta a números é necessário falar; desde 2017 os precatórios estão em dia, desde que foi assumida a gestão, mas quando assumiram houve 9 (nove) meses, uma gestação, de precatórios em atraso; essa irresponsabilidade não nos toca; o impacto financeiro não existe, pois não é o que o governo vai gastar e

sim economizar; esse Projeto de Lei não carece de impacto financeiro; o jornal VS lhe questionou sobre precatórios, destaca que teremos que pagar em 2029 precatórios, por falta de pagamento de energia elétrica que não foi paga, entre os anos de 1990 e 2000; para concluir, os governos deixaram uma dívida de 120 milhões que não foi paga; esse governo não vai admitir o desequilíbrio de contas; agradece a todos. Logo após, o Secretário **Nelson Spolaor**, destaca de forma respeitosa, que tem um grande apreço aos servidores públicos, cita e cumprimenta as lideranças que ocuparam a tribuna; de fato precisamos fazer esse diálogo, de forma franca e aberta; criamos de forma democrática, uma mesa de negociação, com todas as representação dos sindicatos; discutimos todos os protocolos para o retorno das aulas presenciais; discutimos as brechas possíveis para o pagamento das progressões; tentamos várias vezes de todos os lados, que não foi possível; não é um governo que recebe as pessoas com gás de pimenta, com bala de borracha; é no diálogo e na conversa; isso que estamos discutindo é fruto do desrespeito das datas bases de 2013,2014, 2015 e 2016; precisamos ser responsáveis com o equilíbrio das contas financeiras; responde ao Vereador Gabriel, que a Prefeitura tem dívidas, organizadas, planejada e estruturadas; nós recuperamos o crédito para esse município; recebemos os servidores de forma democrática; temos responsabilidade com quem passa fome nessa cidade e está desempregado; responsabilidade com as pessoas que estão nas áreas alagadiças da cidade; todas as ações transitadas e julgadas estão garantidas; acima de 10 salários mínimos já seria através de precatório; o que estão pedindo é uma compreensão entre 10 salários mínimos e 6 salários mínimos; no mandato do governo de Ary Vanazzi, não haverá um centavo de perda salarial, vamos garantir o que não foi garantido em 2013 a 2016. O **Senhor Presidente** passa a palavra ao Vereador **Gabriel Dias**, para que faça as os encaminhamentos e o encerramento dessa audiência pública. O Vereador **Gabriel Dias**, responde à Dra. Angelita, destacando que no projeto não há a garantias das ações transitadas e julgadas; os servidores querem fazer uma mesa de negociação com o governo para garantir os processos atuais, garantindo os dez salários mínimos; o segundo ponto: esclarece que o governo municipal tem muitas ações de 2017 e 2019; enfatiza que se for mantido o projeto, que seja incluído o impacto financeiro, uma projeção, pois senão qual a necessidade desse projeto; todas as associações e entidades pedem a retirada de pauta, para que seja discutido com os servidores, uma alternativa para os RPVS, para que não se perca direitos; a inclusão da mesa permanente de negociações e escalonamento dos pagamentos dos servidores. O **Senhor Presidente**, ressalta ao Secretário Nelson Spolaor, lamentando, pois, conforme sua fala a reunião para o diálogo foi marcada para sexta-feira, sendo que o projeto foi votado na quinta-feira. Agradece ao Senhor Prefeito, **Ary Vanazzi** por ter enviado os representantes para prestar os esclarecimentos nessa Audiência Pública. Em seguida, o Vereador **Gabriel Dias**, solicita que a **Senhora Presidente**, Vereadora **Ana Affonso**, providencie um telão para que os servidores que não conseguirem entrar no Legislativo, possam assistir a Sessão de amanhã, pelo lado de fora da Câmara Municipal. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o **Senhor Presidente**, agradece que a presença e participação de todos, encerra a presente Audiência Pública, desejando a todos um boa noite. E, para constar, e eu **Fabiane Rodrigues de Oliveira**, Oficial Legislativo da Câmara Municipal de São Leopoldo

redigi o presente documento, que após lido e aprovado será assinado pelos autores Vereadores **Jeferson Falcão** e **Gabriel Dias**, e pela Senhora Presidente, Vereadora **Ana Affonso**.

.....